

## INFRAMERICA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.428.969/0001-35

### INFRAMERICA

2021 2020 2021 2020

Relatório de Administração 2021		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	850	101	67.140	64.335	
Depósitos vinculados (Nota 1)			37.827	34.345	
Partes relacionadas (Nota 6)			24.459	24.459	
Tributos a recuperar (Nota 8)	407	729	3.731	5.930	
Despesas antecipadas			3.832	2.384	
Partes relacionadas (Nota 7)			27	24	
Outros ativos (Nota 17)			1.256	1.256	
Outros ativos (Nota 10)	62	61	3.766	3.705	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.319</b>	<b>891</b>	<b>162.874</b>	<b>134.668</b>	
<b>Ativo não circulante</b>					
Ativos a recuperar (Nota 8)			39.598	40.734	
Despesas antecipadas			12	12	
Tributos diferidos (Nota 3)			269.062	320.227	
Tributos judiciais (Nota 9)			2.312	2.132	
Investimentos			310.972	363.100	
Ativos de direito de voto (Nota 11)			7.668	80	
Imobilizado (Nota 12)			1.246	1.359	
Intangível (Nota 13)			3.129	3.883	
			3.579,24	3.751,81	
			3.742,135	3.887,849	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.319</b>	<b>891</b>	<b>374.125</b>	<b>388.849</b>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.					
<b>Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro</b>					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo do período</b>					
Outros resultados abrangentes					
<b>Resultado abrangente do período</b>					
		(335.215)	(322.367)	(656.932)	(631.940)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.					
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais</b>					
Atribuído aos acionistas da Controladora					
		Capital social		Prejuízos acumulados	
		Subscrito	Integralizar	Integralizado	acumulados
		2021	2020	2021	2020
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Prejuízo do período		746.800	(4.443)	742.357	(69.817)
<b>31 de dezembro de 2020</b>		746.800	(4.443)	742.357	(69.817)
Subscrição de capital (Nota 23)		62.000	(62.000)	62.000	(62.000)
Integração de capital (Nota 23)		62.000	62.000	62.000	62.000
<b>31 de dezembro de 2021</b>		808.800	(4.443)	804.357	(149.553)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.					
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.</b>					
<b>1 - Informações gerais</b>					
A Inframerica Participações S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") e sua controlada ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada em Brasília, Distrito Federal. A Inframerica Participações S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 01 de março de 2012, tendo como objeto, o contrato estabelecido no contrato de concessão obtido em edital de licitação nº 02/2011 da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), detetor a participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., que realiza a construção, operação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Brasília denominado Presidente Juscelino Kubitschek bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão. A Companhia detém 51% de participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Controladora"). Em 29 de dezembro de 2021, a ANAC encerrou o pedido de reprogramação do pagamento de 50% do valor da outorga da 2022, protocolado pela Companhia em 16 de dezembro de 2021, o que acarretou na inadimplência do Contrato de Concessão no encerramento do exercício. Por este motivo, a companhia não atendeu a obrigação prevista no contrato de financiamento com o BNDES, e consequentemente, acarretou na reclassificação das parcelas não circulantes para o ativo não circulante e a redução da exigibilidade do referido contrato. Como resultado, conforme mencionado na Nota 12 - Eventos Subsequentes, em 7 de janeiro de 2022, a Concessionária enviou notificação ao BNDES informando (i) sobre a caracterização de inadimplência realizada pela ANAC; e (ii) interposição de recurso administrativo para sanar o referido inadimplência, a fim de evitar a quebra de cláusulas de cobertura do contrato de financiamento com o BNDES. Ao continuar, em 20 de janeiro de 2022, a Companhia interps um mandado de segurança, e em 2 de fevereiro de 2022 foi oferecida decisão liminar favorável à empresa do modo que a decisão proferida pela ANAC e a exigibilidade do pagamento pela Concessionária da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 estão atualmente suspensos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo consolidado de R\$ 1.593.111 e o patrimônio líquido negativo em R\$ 1.285.862, devido, principalmente, aos compromissos com o Poder Concedente e à captação de empréstimos e financiamentos e seus correspondentes encargos financeiros. Para fazer frente a esta obrigação, estão presentes no plano de negócios da Companhia, aportes de capital a serem propostos aos seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a sustentabilidade, além do plano de reequilíbrio econômico-financeiro perante o poder público. <b>Impactos COVID-19 (Coronavírus):</b> Em 2021 o aeroporto retomou o crescimento, atingindo mais de 10 milhões de passageiros. O número representou um fluxo de pessoas ainda 37% inferior a 2019, período antes da pandemia, mas comparado com 2020, o movimento é 33% maior. Em dezembro o terminal brasileiro registrou 85% do seu movimento pré-pandemia e foi o período mais movimentado do ano. Em 2021 houve retomada dos voos internacionais, por conta da pandemia da COVID-19 e do fechamento de diversas fronteiras, as companhias aéreas suspenderam os voos que partiam da capital brasileira para a reabertura gradual dos países, as empresas vêm aumentando as frequências e retomando algumas rotas. Atualmente o GOL, a TAP e a Copa Airlines operam internacionalmente. Embora os prejuízos tenham sido percebidos em virtude da pandemia de COVID-19 durante o ano de 2020 tenham sido parcialmente compensados pelo Reequilíbrio Econômico-Financeiro - REF deferido pela ANAC, conforme prelo realizado pela Companhia em 2022, diferentemente do que se imaginava a pandemia se agravou e de acordo com estudos existentes, demonstra que há efetiva forma impacta o mercado de aviação. Nesse sentido, a Inframerica apresentou à ANAC seu plano para o ano de 2021 e permanecerá apresentando atualizações nos pleitos referentes aos impactos percebidos. Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 106/2021 da ANAC, que aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato referente ao ano de 2021 no valor de R\$ 136,8 milhões, que foi reconhecido pela Companhia em 2021. A Companhia, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos de reequilíbrio perante o poder público, além ainda previstos no plano de negócios visando a sustentabilidade e continuidade da operação. <b>Mensuração:</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em reais com juros métrica funcional. <b>Moedas:</b> O valor justo por meio do resultado. <b>Mensurados:</b> os ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa em categorias de mensuração a seguir. <b>Custo amortizado:</b> os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros mensurados em amortização de custo. <b>Amortizado em custo:</b> os ativos financeiros são registrados em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas), juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas diretamente no resultado e mensuradas pelo método do custo histórico. <b>Impairment:</b> a Companhia não atende os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado de receita não se qualificam para mensuração no custo amortizado ou ao valor justo por meio do que ocorrerem. <b>Instrumentos patrimoniais:</b> A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os instrumentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros, ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado aplicada diretamente no Impairment. <b>Impairment de ativos não circulantes:</b> A Companhia mensura os ativos não circulantes associados aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia do impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48, e, por isso, não reconhece o impairment de ativos não circulantes. <b>Mensurados:</b> os ativos não circulantes em geral, levam em consideração os riscos de crédito em períodos de 90 dias ou em menor período, caso avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre as contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas. <b>Compensação de instrumentos financeiros:</b> Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensação e os valores reconhecidos na intenção de liquidação da Companhia são líquidos, ou se o ativo e o líquido do passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicado no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. <b>Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> Certos instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. <b>Mensurados:</b> os instrumentos com um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos/(perdas), líquidos". Nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 a Inframerica realizou a transação com três instrumentos financeiros derivativos					

Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida (Nota 24)</b>			
(i) Custos dos serviços prestados (Nota 25)	-	-	279.484
(ii) Custos dos serviços prestados (Nota 25)	-	-	(268.817)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>10.667</b>	<b>10.667</b>	<b>10.667</b>
Despesas administrativas (Nota 27)	(142)	(177)	(261)
Despesas administrativas (Nota 26)	(142)	(177)	(261)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 28)	-	-	99.822
Participação nos prejuízos de controladas (Nota 14)	(334.850)	(327.208)	(662.058)
<b>Prejuízo (lucro) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(334.929)</b>	<b>(322.385)</b>	<b>56.711</b>
Receitas financeiras (Nota 29)	14	20	18,78
Despesas financeiras (Nota 29)	(217)	(177)	(692,053)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(335.215)</b>	<b>(322.367)</b>	<b>(605,766)</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 30)	-	-	(51,165)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(335.215)</b>	<b>(322.367)</b>	<b>(656,932)</b>
<b>Ativos não circulantes</b>			
Ativos não circulantes da Companhia	(335.215)	(322.367)	(335.215)
Participação dos não controladores	-	-	(321.717)
<b>Prejuízo por lote de mil ações - em reais</b>	<b>(0,41)</b>	<b>(0,43)</b>	<b>(0,81)</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.			
postergado para 18 de dezembro de 2021. <b>2.1.4 Empréstimos e financiamentos:</b> Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos em amortizado pelo custo nominal, nos custos com transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método do custo efetivo. <b>2.1.5 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.1.6 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.1.7 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.1.8 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.1.9 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.2 Recuperação de ativos:</b> A recuperação de ativos é reconhecida quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.3 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.4 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.5 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.6 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.7 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.8 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.9 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.10 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.11 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.12 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.13 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.14 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.15 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.16 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.17 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.18 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.19 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.20 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.21 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.22 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.23 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.24 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.25 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.26 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.27 Provisões:</b> As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e criminal) são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou potencialmente circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de evitar a liquidação do passivo por meio, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que isso resultará em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. <b>2.28 Provisões</b>			

**continuação**

**14 Investimento**

(a) Controladora: A participação em Controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi aprovada de acordo com o balanço patrimonial da referida investida em cada data-base.

Investida	Participação % 31/12/2020	Quant. de ações em 31/12/2020	Grupo	Saldo em 31/12/2020		Equivalência Patrimonial	Transf. - Renda	Saldo em 31/12/2021
				Aporte	2020			
Infraerica			Investimentos	61.200	(334.850)		273.650	-
Concessionária do Aeroporto de Brasília	51%		Passivo a descoberto	(382.760)		(273.650)		(656.410)

(b) Informações sobre os investimentos da controladora: A Controlada é uma Companhia formada pela participação societária da Infraerica Participações S.A., com 51% e da Infraerica com 49%, foi constituída em 18 de maio de 2012. A Controlada não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária.

Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília		Infraerica Concessionária	
		2021	
Ativo			
Passivo		3.272.016	
Patrimônio líquido		1.565.000	
Capital Social		-	
Prejuízo acumulado 2020		-	
Prejuízo do período 2021		(656.568)	

**15 Salários e encargos sociais**

	Consolidado	
	2021	2020
Salários a pagar	291	198
Impostos de Renda - IRRF	662	1.081
FGTS a recolher	334	660
INSS a recolher	2.386	2.646
Férias a pagar	4.182	4.406
Remuneração variável	7.201	5.318
Outros	24	136
<b>Total</b>	<b>15.080</b>	<b>14.445</b>

**16 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	104	111	30.187	34.480
Fornecedores estrangeiros	-	-	2.730	1.451
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>111</b>	<b>32.917</b>	<b>35.931</b>

**17 Instrumentos financeiros derivativos**

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa (a)	764	-	-	-
Parcela circulante	764	-	-	-

Efeitos dos derivativos no resultado  
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa - provisão 242 -

a) Swap de taxa de juros: Os valores de mercado dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 764. Essas operações foram contratadas em conjunto com o empréstimo obtido com o Banco Votorantim (Nota 17) e são registradas a valor justo por meio do resultado (Nota 29).

**18 Empréstimos e financiamentos - Consolidado**

	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
BNDES	1.134.025	43.153
Votorantim	17.026	18.028
Finame	162	274
<b>Total</b>	<b>1.151.213</b>	<b>61.455</b>
Não circulante		
BNDES	-	1.107.524
Finame	-	159
<b>Total</b>	<b>1.151.213</b>	<b>1.107.683</b>

(a) Conforme descrito na Nota 1, as parcelas não circulantes dos contratos firmados com o BNDES foram reclassificadas para o circulante devido ao não pagamento da outorga fixa de 2021 (reperflimento não aprovado pela ANAC), conforme cláusula de covenants descrita no contrato de financiamento, que prevê vencimento antecipado em caso de "o não pagamento da Outorga, nas datas e valores definidos no Contrato de Concessão". Os efeitos suspensivos dessa reclassificação estão demonstrados na nota 32.

**Movimentação de empréstimo**

	2021	2020
31 de dezembro de 2020	1.169.138	1.127.406
Liberação	19.663	18.000
Pagamento de principal	(48.289)	(48.289)
Pagamento de juros e encargos	(67.525)	(22.979)
Apropriação de juros	88.869	86.838
Variação cambial	825	8.158
31 de dezembro de 2021	1.151.213	1.169.138

Em 30 de junho de 2021, foram captados recursos para capital de giro com o Banco Votorantim, no valor de US\$ 3.051 (R\$ 16,2 milhões), com vencimento original em jun/2022, em moeda estrangeira. Essa contratação tem proteção de swap com fluxo de caixa (Nota 17). O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	Captação	Corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil
Financiamento infraestrutura	1.768.538	(617.861)		1.150.677
Empréstimo para capital de giro	18.289	(261)		18.028
Financiamento de equipamentos	545	(112)		433
31 de dezembro de 2020	1.787.372	(618.234)		1.169.138
Financiamento infraestrutura	1.243.250	(109.225)		1.134.025
Empréstimo em moeda estrangeira	16.728	298		17.026
Financiamento de equipamentos	239	(171)		162
31 de dezembro de 2021	1.260.217	(109.004)		1.151.213

(a) Conforme descrito na Nota 1, as parcelas não circulantes dos contratos firmados com o BNDES foram reclassificadas para o circulante devido ao não pagamento da outorga fixa de 2021 (reperflimento não aprovado pela ANAC), conforme cláusula de covenants descrita nos contratos de financiamentos. Os efeitos suspensivos dessa reclassificação estão demonstrados na nota 32. Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias: Cessão Fiduciária de Recebíveis; Penhor de Ações da Infraerica Participações; Penhor de Ações da Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília; Fianga Corporativa dos Acionistas American International Airports LLC, ACI Airports S.A.R.L. (ACI) e Corporacion America S.A. (CASA); Guaranty Letter emitida por CAAP em 30 de junho de 2021, referente à operação da FRN nº 6112105250009, na qual o Banco Votorantim nos desembolsou R\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil reais) para pagamento das CCBs nº 10226258, 10227012 e 10227013.

**19 Compromissos com o Poder Concedente - Consolidado**

As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do período findo em 31 de dezembro de 2021. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no exercício.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas Infraerica Participações S.A.  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Infraerica Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Infraerica Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraerica Participações S.A. e da Infraerica Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1 a demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e sua controlada têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes consolidados e patrimônio líquido negativo no encerramento do exercício nos montantes de R\$

	2021	2020
Contribuição variável - Outorga	6.206	4.704
Contribuição fixa - Outorga	3.674.252	3.262.828
Compensação financeira (b)	(10.378)	(43.559)
<b>Total</b>	<b>3.670.080</b>	<b>3.223.973</b>

Circulante (a) 3.175.033 2.946.581  
Não circulante 3.670.080 3.223.973

(a) Compensação referente reequilíbrio financeiro de ganho do pleito junto a ANAC por redução da tarifa estabelecida pelo Ref (terminal de carga) após contrato de concessão e reequilíbrio financeiro dos impactos relacionados ao Covid-19 (nota 1).  
**Movimentação do poder concedente**

	2021	2020
Saldo de 31 de dezembro	3.223.973	3.059.828
Pagamento da Outorga fixa (b)	(159.079)	(143.631)
Pagamento de contribuição variável (c)	(4.918)	(8.213)
Apropriação - contribuição variável (c)	6.299	4.769
Apropriação AVP	137.388	198.750
Apropriação - correção monetária	433.235	151.095
Compensação dos reequilíbrios	161.371	151.867
Receita financeira dos reequilíbrios	(13.920)	-
Apropriação de pleito de reequilíbrio (a)	(130.473)	(190.469)
Reversão de reequilíbrio	16.204	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>3.670.080</b>	<b>3.223.973</b>

(a) Apropriação de pleito dos Reequilíbrios Econômico-financeiros - REF foram efetuadas com deliberação da ANAC. Para a REF - Scanner foi deliberado referente a serviços de mão de obra para os serviços de escâneres com a Receita Federal que não estavam previstos no contrato. O REF Teca-Teca, é referente a mudança de algumas tarifas de cargas após assinatura do contrato de concessão. Para o REF - Covid é devido aos impactos causados pela pandemia (nota 1). (b) Em 2021, o pagamento da outorga fixa foi no valor de R\$ 159.079, realizado por meio de compensação dos REFs, no valor de R\$ 137.877, e pagamento direto no valor de R\$ 21.202. Permanece em aberto o valor de R\$ 159.079 que é objeto da ação judicial (Notas 1 e 32), referente ao Reperflimento de 50% da dívida, conforme Lei 14.174 de 17 de junho de 2021 e Portaria Nº 139 de 03 de dezembro do Ministério de Infraestrutura. (c) Em 2021, o pagamento da outorga variável de 2020 e das contribuições mensais (Nota 22), foi por meio de compensação do REF-Covid-19 concedido pela ANAC.

	REF - Covid-19	REF - Scanner	REF - Teca-Teca	Total
Reequilíbrio em 31/12/2019	-	-	4.957	4.957
Receita operacional	177.451	2.197	-	179.648
Correção monetária	9.491	686	356	10.533
Apropriação AVP	-	-	288	288
Compensação Outorga Fixa	(140.297)	(2.883)	(474)	(143.654)
Compensação Outorga Variável	(8.213)	-	-	(8.213)
<b>Reequilíbrio em 31/12/2020</b>	<b>38.432</b>	<b>-</b>	<b>5.127</b>	<b>43.559</b>
Apropriação de REF	126.307	7.314	-	133.621
Apropriação AVP	-	(2.785)	(363)	(3.148)
Reversão de reequilíbrio (a)	(16.203)	-	-	(16.203)
Correção monetária	12.422	639	859	13.920
Compensação - Outorga Fixa	(136.814)	(525)	(538)	(137.877)
Compensação - Outorga Variável	(4.918)	-	-	(4.918)
Compensação - Contribuição Mensal	(18.576)	-	-	(18.576)
<b>Reequilíbrio em 31/12/2021</b>	<b>650</b>	<b>4.643</b>	<b>5.085</b>	<b>10.378</b>

**20 Adiantamentos de clientes - Consolidado**

	2021	2020
Circulante		
Direitos de exclusividade	8.902	9.536
Demais adiantamentos	307	2.226
<b>Total</b>	<b>9.209</b>	<b>11.762</b>
Não circulante		
Direitos de exclusividade	61.995	69.895
Demais adiantamentos	5.000	5.000
<b>Total</b>	<b>66.995</b>	<b>74.895</b>
<b>Total</b>	<b>76.204</b>	<b>86.657</b>

Referente a adiantamentos de clientes cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

**21 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis - Consolidado**

A Companhia e sua controladora possuem ações de natureza civil, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir.

	2021	2020
Prováveis		
Regulatórias/Administrativa	618	636
Cíveis	2.616	2.328
Trabalhistas	7.091	4.970
<b>Total</b>	<b>10.325</b>	<b>7.934</b>

	2021	2020
Possíveis		
Cíveis	56.384	56.010
Trabalhistas	7.974	9.173
<b>Total</b>	<b>64.358</b>	<b>65.182</b>
<b>Total</b>	<b>74.683</b>	<b>73.116</b>

**Movimentação das causas prováveis**

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro	7.934	9.031
Provisão	3.361	5.511
Baixa por reversão	(62)	(309)
Baixa por pagamento	(908)	(6.299)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>10.325</b>	<b>7.934</b>

**22 Outros passivos**

	2021	2020
Circulante		
Repassse FNAC (a)	6.700	6.964
Repassse ATAERO (b)	8.969	9.022
Repassse PAN/PAT (c)	251	283
Garantias diversas (d)	2.811	2.854
Investimento a Realizar (e)	4.938	4.938
Contribuição Mensal (f)	8.984	7.150
Receita diferida (f)	868	427
Outros	300	221
<b>Total</b>	<b>33.821</b>	<b>31.859</b>

(a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2021, esse repasse foi extinto pela Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020; (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016; (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (peso máximo da decolagem); (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço. Caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes; (e) Refere-se ao valor dos investimentos em beneficiários a serem realizados no estacionamento, repassados à Companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento; (f) Conforme decisão da ANAC de nº 158, de 11 de outubro de 2018, referente a revisão extraordinária do contrato de concessão, estabeleceu recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sobre redução de tarifa de carga, sendo reconhecida receita diferida sobre a compensação financeira a ser apropriada no prazo da concessão. (g) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 1º de janeiro de 2017 o repasse ATAERO. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e corresponde a 35,90% (ATAERO) desconto dos tributos. Abaixo, movimentação do exercício:

	2021	2020
1.593.111 mil e de R\$ 1.285.863 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. <b>Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:</b> As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as		

**Saldo em 31 de dezembro**

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro	7.150	10.859
Apropriação	33.565	26.371
Pagamento	(13.155)	(30.080)
Compensação	(18.576)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>8.984</b>	<b>7.150</b>

**23 Patrimônio líquido**

**Capital social:** O capital social é representado por 808.799.756 de ações nominativas, sendo: 808.574.081 ações detidas pela Corporación América Airports S.A. e 225.675 ações detidas pela ACI Airports, totalmente integralizadas.

	2021			2020		
	CORPORACIÓN AMÉRICA AIRPORTS S.A	A.C.I. AIRPORTS	Total	CORPORACIÓN AMÉRICA AIRPORTS S.A	A.C.I. AIRPORTS	Total
Ações	808.574	226	808.800	746.574	226	746.800
Subscrito	808.574	226	808.800	746.574	226	746.800
A integralizar	(4.443)	-	(4.443)	(4.443)	-	(4.443)
Integralizado	804.131	226	804.357	742.131	226	742.357